
camponês ou agricultor familiar, o que é relevante é que seus modos de organização estão diretamente relacionados à produção alimentar baseada na família, a qual pode oferecer subsídios para a alimentação saudável e sustentável.

Maluf (2003) enfatiza que os estudos focados nas famílias em suas relações com os territórios, apontam para o fato de que a agricultura familiar apresenta múltiplas funções, a de sua reprodução socioeconômica, a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das próprias famílias rurais e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural, além da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Tal concepção articulada à necessidade de formulações de estratégias para reformulação de ações e políticas públicas aliadas ao enfrentamento de problemas alimentares e nutricionais pode resultar no fortalecimento da agricultura familiar, a qual é produtora de grande parte da alimentação consumida pela sociedade.

Neste axioma, os programas e políticas públicas passam a ser importantes espaços para o desenvolvimento rural e a promoção da saúde humana. No entanto, para esse fortalecimento devem-se as transformações que a agricultura familiar tem vivido e da complexidade dessa temática na atualidade. Nesta conjuntura, o Programa Nacional de Alimentação Escolar através da Lei nº 11.947/2009 pode contribuir com tal análise, porque a entrada nos mercados institucionais das famílias de agricultores que lutam para permanecer no campo pode significar espaço privilegiado de entendimento de múltiplas adaptações realizadas por essas famílias. Mas, para criar evidências deve-se partir do pressuposto de quem são os agricultores familiares que fornecem para o Programa de Alimentação Escolar.

Diante do exposto pretende-se caracterizar quem são os agricultores familiares que estão envolvidos no PAE de Capitão Leônidas Marques, procurando evidenciar as interfaces que ligam as condições socioeconômicas das famílias que acessam o mercado institucional proporcionado pela alimentação escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR



No Brasil a nomenclatura “agricultura familiar” emerge durante a década de 1990 trazida em parte pelos movimentos sociais que propunham o fortalecimento desta parcela do rural brasileiro, e em parte pelos estudos acadêmicos. No entanto, ela ganha maior difusão social com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵ por meio de lutas do movimento sindical rural. Segundo Wanderley (2003), existe dificuldade em atribuir um conceito a essa categoria, pois para alguns autores, a definição se confunde com o enquadramento no PRONAF, para outros corresponde a uma camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais.

Neste mesmo sentido Schneider (1999), descreve que a denominação de agricultura familiar, até a primeira metade dos anos 1990 esteve sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades deste processo e a formação da estrutura de classes.

Na pesquisa organizada por Lamarche (1998) a opção foi uma abordagem da agricultura familiar com base na análise de variáveis complexas, construindo uma tipologia que leva em consideração a lógica familiar em relação ao patrimônio fundiário, ao trabalho e à reprodução familiar, de um lado, e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, de outro. Hugues Lamarche, define agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Para o autor o conceito de agricultura familiar corresponde a “unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

O campesinato tem um “caráter familiar que se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003, p. 45). Nesta lógica, a unidade familiar é central para a reprodução familiar, que compõem a família como entes colaboradores entre si, que articulam os modos de vida as várias dimensões de suas atividades (WANDERLEY, 2003).

⁵ O Programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/programas/pronaf>. Acesso em: 01 jul. 2012.



Abramovay (1992) analisa que o agricultor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção integrada ao mercado, que é capaz de incorporar os principais avanços técnicos e que responde às políticas governamentais, não podendo ser caracterizada como camponesa.

Já Wanderley (1999), considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado guarda traços camponeses, pois ainda enfrenta problemas antigos, nunca resolvidos, os quais são fragilizados pelas condições da modernização, ele continua a contar com suas próprias forças. A mesma autora ainda salienta:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Neste panorama que Wanderley (2003) discorre que o agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, que pode ser construtor de sua própria história, integrando uma sociedade não apenas como objeto de intervenção do Estado, mas sim como identidade que procura adaptar-se nos desafios do desenvolvimento rural mesmo no emaranhado da agricultura e do meio rural inseridos na sociedade moderna.

2.2 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – LEI 11.947/2009 E SUA APROXIMAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR

O PNAE visa atender gratuitamente seus beneficiários com cobertura universal, é o maior Programa na área de alimentação escolar do mundo, sendo o mais antigo programa nacional na área de alimentação e nutrição do Brasil (PEIXINHO et al., 2011). Em 2009 como marco nas políticas públicas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional cria-se a Lei nº 11.947/2009 que foi regulamentada pela Resolução nº 38/2009 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Esta Lei dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar, segundo seu artigo 14:



Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

Nota-se através desse artigo um referencial importante para o amparo à agricultura familiar. Segundo o Secretário de Agricultura Familiar - MDA Laudemir A. Muller: “a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, representou uma grande conquista para a agricultura familiar brasileira” (MULLER, 2012, p. 08).

Esta Lei inovou também no que se refere ao contrato legal entre prefeituras e agricultores através da dispensa da obrigatoriedade licitatória, com isso “abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”: dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 938). O que pode ser notado no parágrafo 1º:

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

Essa regulamentação é uma “mudança de concepção no fornecimento da alimentação escolar, atrelada ao desenvolvimento local e à alimentação saudável e diversificada” (MALINA, 2012, p. 15).

Essas premissas vão para além do foco da educação e nutrição, até então considerado, porque passa a oportunizar abertura de novos mercados para agricultura familiar - os mercados institucionais. Oportuniza, ainda, a utilização do PNAE como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, o qual para Morgan (2007) é composto por dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas. Segundo o citado, ao relacionar programas públicos com a sustentabilidade observam-se barreiras como: baixo preço, esquecimento da prioridade com a qualidade alimentar, ambiental e social, falta de qualificação das equipes frente aos programas, falha no planejamento e na aplicação dos recursos, além de outras.

Triches e Schneider (2010) demonstraram que de acordo com estudos brasileiros, os locais que fizeram a diferença e conseguiram utilizar as aquisições públicas como instrumento de desenvolvimento sustentável, mobilizaram o capital



social das regiões. Para Putnam (1996), capital social está relacionado aos dilemas de ações sociais, que oportunizam a cooperação em uma relação de confiança, o que contribui para o aumento da eficiência da sociedade. Neste sentido, incorporam-se dimensões de desenvolvimento sustentável como ações coordenadas pelo poder do capital social existente.

Neste panorama, nota-se que com a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional, o programa pode cumprir papel para potencializar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os beneficiários do programa apresentam oportunidades de melhorar sua alimentação com produtos da própria terra, diversificados, frescos e saudáveis, interligando as unidades escolares a formação de novos consumidores conscientes e comprometidos com o saber alimentar pedagógico, além de aprimorarem seus hábitos alimentares saudáveis.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado estudo de caso. No desenvolvimento do estudo, recorreu-se também a pesquisa documental, justificada pela necessidade da utilização de dados já existentes, os quais se tornaram subsídios importantes para traçar informações de relevância ao estudo. Esses dados foram coletados através dos projetos dos agricultores familiares provenientes de arquivos da Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do município estudado.

A pesquisa teve uma articulação de dois tipos de métodos, portanto se configura como uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo. Teve como critério de inclusão, todos os agricultores familiares pertencentes ao município de Capitão Leônidas Marques - Paraná, que fornecem ou forneceram gêneros para a alimentação escolar local, que se credenciaram através de chamamento público referente ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, desde sua adequação no município - ano de 2010 até o ano de 2012. Justifica-se a totalidade da amostra, por tentar abarcar a investigação em todas as dimensões possíveis. Como critério de exclusão foram os agricultores familiares que não aceitaram ou desistiram de



participar da pesquisa em qualquer fase dela. Assim, o universo foi constituído por 19 agricultores familiares.

Com base na pesquisa de campo, foi desenvolvida a análise dos dados qualitativos coletados através de categorização temática. As respostas dos questionários, assim como dados da pesquisa documental, fizeram parte da análise dos dados quantitativos através da organização dos dados numéricos e percentuais, sendo ilustrados em forma de tabelas e gráficos. Estabelecendo relações numéricas entre os dados investigados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 19 agricultores familiares que responderam as entrevistas, dez (52,6%) vivem no estabelecimento há mais de 20 anos, sete (36,8%) de 11 a 20 anos, um (5,3%) de 6 a 10 anos e um (5,3%) agricultor de 0 a 5 anos.

Do total, apenas quatro (21,1%) não são proprietários do estabelecimento, deste um (5,3%) é arrendatário e os demais são filhos dos proprietários, que preservam as terras como patrimônio familiar.

Esse resultado evidencia que as propriedades já são estruturadas e moldadas ao longo dos anos, motivo que facilita as estratégias de permanência das famílias nos estabelecimentos. A média de idade do casal responsável pelos estabelecimentos ficou em 53 anos. Já a média de idade dos filhos residentes nos estabelecimento foi de 21 anos.

Desta forma, quando analisa os indivíduos que estão envolvidos no processo de produtivo para o Programa de Alimentação Escolar, ou seja, os membros que se envolvem em atividades de plantio, cultivo, colheita e distribuição dos alimentos que estão sendo vendidos para esse Programa a média foi de 47 anos. Daqueles que assinam os projetos do chamamento público do fornecimento para a alimentação escolar a média foi de 52 anos.

Na tabela pode-se perceber detalhadamente a faixa etária dos envolvidos com o processo produtivo para o PAE de Capitão Leônidas Marques.



Tabela 1 - Faixa etária dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012

Faixa etária	Quantidade	%
11 – 20 anos	4	9,5
21 – 30 anos	6	14,3
31 – 40 anos	2	4,8
41 – 50 anos	6	14,3
51 – 60 anos	16	38,1
61 – 70 anos	6	14,3
71 – 80 anos	2	4,8
TOTAL	42	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Analisar a faixa etária é importante também para a relação de continuidade do trabalho na agricultura familiar, pois permite apontar alguns limites ou avanços em relação às atividades de trabalho que são desempenhadas na atividade agrícola. Observa-se que 16 (38,1%) membros das famílias estão na faixa etária de 51- 60 anos. Quando parte como limite essa idade para menor e maior, percebe que há mais membros com idade superior a 51 anos (57,2%). Os dados mostram, embora com pouca diferença, um número menor de agricultores jovens presentes nos estabelecimentos dos entrevistados, o motivo pode estar vinculado ao avanço tecnológico presente no meio urbano que atrai esses jovens, os distanciando das propriedades rurais.

Em relação ao grau de escolaridade, tomaram-se por base os membros que apresentam como atividade a agricultura e que apresentam idade acima de 16 anos, pois, são essas pessoas que participam mais ativamente do processo de produção para alimentação escolar e das decisões familiares.

Nenhum dos membros das famílias com idade a partir de 16 anos completos se declarou analfabeto. Do total dos membros, 16 (38,1%) possuem 1ª a 4ª série completa, 12 (28,6%) possuem a 5ª a 8ª série completa, 11 (26,2%) ensino médio completo, dois (4,8%) possuem o ensino técnico e um (2,4%) já concluiu o ensino superior. Percentuais que apontam um bom nível de escolaridade o que facilita o entendimento de ações que possam interferir com informações que vão além daquelas oriundas das experiências de vida.



A partir desses dados delimitou-se uma relação com três grupos de parentesco (responsáveis e cônjuges; filhos (as); genros e noras) com os níveis de escolaridade. A tabela 2 ilustra os resultados.

Tabela 2 - Grau de escolaridade dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012

Grau de escolaridade	Grau de parentesco						Total
	Resp. ou conj.	%	Filhos (as)	%	Genros ou Noras	%	
Sem escolaridade	0	0	0	0	0	0	0
1 a 4 série	15	93,8	0	0	1	6,2	16
5 a 8 série	9	75	3	25	0	0	12
Ensino médio	3	27,3	7	63,6	1	9,1	11
Ensino Técnico	1	50	1	50	0	0	2
Ensino Superior	1	100	0	0	0	0	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A tabela mostra um equilíbrio no nível de escolaridade, apesar do ensino médio se concentrar mais entre os filhos, genros e noras, apresentando em sua maioria um nível mais elevado de ensino, os responsáveis também apresentaram ensino técnico e superior, evidenciando que o grau de escolaridade está melhorando, devido ao fácil acesso a educação, que tem se potencializado nos últimos anos.

No entanto, há uma preocupação de mão dupla, ao mesmo tempo em que se torna uma conquista a busca pelo ensino superior, se tem a preocupação da saída dos filhos, do campo para a cidade, sustentada pela demanda de emprego não agrícola.

Essa preocupação pode ter relação na representatividade do número de moradores no estabelecimento (todos os membros que residem na mesma residência, incluindo os responsáveis pelo estabelecimento), pois há em maior porcentagem seis (31,6%) famílias com apenas três moradores, em segundo lugar há quatro (21,1%) famílias com dois moradores por estabelecimento, em terceiro, três (15,8%) famílias com cinco moradores e em sequência duas (10,5%) famílias com quatro moradores e duas (10,5%) famílias com seis moradores.



Percebeu-se ainda, que dois (10,5%) entre os 19 agricultores familiares trabalham no estabelecimento e residem na cidade. Esses foram residir para a cidade, mas seu sustento continua vindo da agricultura.

Quando se analisa apenas os membros que residem no estabelecimento e que estão envolvidos com a produção para o PAE, do total dos agricultores familiares entrevistados apresenta em média duas pessoas por estabelecimento. Que geralmente é o (a) responsável pelo estabelecimento e a sua (seu) conjuge ou no máximo um a dois (duas) filhos (as). Pois, cinco (26,3%) famílias apresentam no seu estabelecimento apenas uma pessoa que trabalha na agricultura, em sete (36,8%) famílias duas pessoas, seis (31,6%) famílias três pessoas e em uma (5,3%) família quatro pessoas trabalham na agricultura, o que pode percebido pelo gráfico 1.

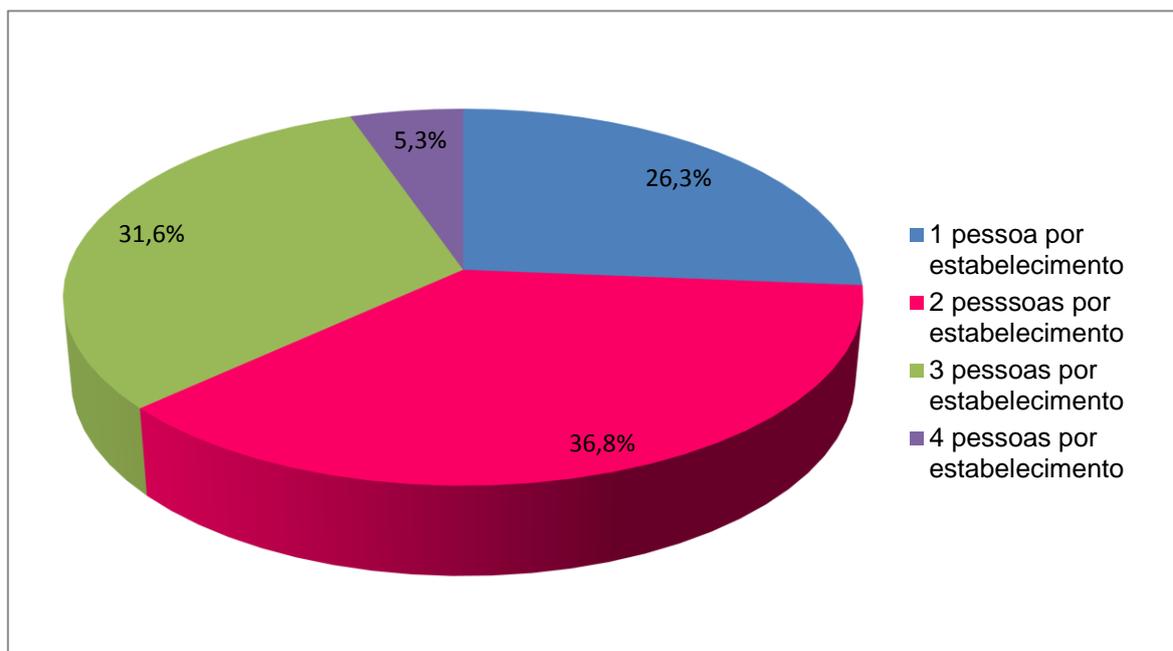


Gráfico 1 - Número de pessoas por estabelecimento que trabalham na agricultura familiar
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

São poucos os membros que estão ativamente ligados ao processo de produção agrícola, mas esse número se justifica por serem famílias que não apresentam grande número de membros como pode ser observado anteriormente. Essa diminuição do número de membros nos estabelecimentos pode estar motivada pela busca de uma melhor renda familiar, também pelo estímulo ao consumo e ao estilo de vida urbana (CORONA, 2006).

Além de que, muitos dos filhos já não estão mais no estabelecimento, conforme nota-se na fala de um dos agricultores “[...] hoje só está eu e a mulher, os filhos foram estudando, acabaram por sair de casa” (entrevistado 1). Mas, em contrapartida quando observamos a fala de outro agricultor, “meu filho saiu para o colégio agrícola já com a intenção de voltar e melhorar nossa propriedade e foi isso que aconteceu” (entrevistado 3), surgem perspectivas de permanência de jovens no meio rural. Pode estar havendo um retorno dos filhos, aliado ao fato de que as famílias ainda apresentam membros que estudam e permanecem na atividade agrícola.

Dos membros que não estão envolvidos diariamente na agricultura, mas que residem nos estabelecimentos entrevistados, dez (10,2%) obtém renda não agrícola, que integram a renda total da família. Percebeu entre os membros que quatro (4,1%) membros têm ocupação atual como “*do lar*”, três (3,1%) apresentam transferências sociais (aposentadorias). Os menores de 16 anos são estudantes.

Com base nesses dados determina a existência de pluriatividade, que para Schneider (2004), indica a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Assim, os membros das famílias agrícolas se tornam pluriativos quando possuem atividades extraagrícolas associadas a atividades agrícolas. Isto sugere que à medida que os filhos alcançam idade para trabalhar e maior grau de escolaridade se tornam mais pluriativos e com isso alcançam maior diversificação de rendimentos e mais segurança financeira para as famílias.

Em relação à ocupação anterior, apenas três (3,1%) do total dos membros dos estabelecimentos entrevistados não tiveram como atividade anterior a agricultura, os demais iniciaram as atividades e subsistência na agricultura familiar, alguns ao longo dos anos buscaram outra fonte de renda e outros permaneceram com atividades na agricultura familiar. Nesta lógica, percebe-se que ocorreu uma redefinição da estrutura socioeconômica desses agricultores, no entanto é importante apontar que a mão de obra dessas famílias constitui-se entre seus membros. São em poucos, mas é um grupo imbuído de seus conhecimentos e de suas práticas sociais para desenvolver uma produção alimentar baseada na mão de obra familiar.

Quando se observa o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, percebe-se que seis (31,6%) estabelecimentos apresentam de 0 a 4,99 hectares, cinco (26,3%)



5 a 9,99, quatro (21,1%) de 10 a 14,99, um (5,3%) de 15 a 19,99 e três (15,8%) possuem de 20 a 24,99 hectares. Esses entrevistados apresentam no máximo propriedade com 24,99 hectares, sendo que a maioria 11 (57,9%) apresenta propriedade menor que 9,99 hectares.

Neste sentido, conclui-se que todos os estabelecimentos são considerados como pequena propriedade rural. Pois, segundo critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pequena propriedade rural, é considerada aquela em que o tamanho não ultrapasse quatro módulos rurais e com o trabalho na propriedade exercido, principalmente, pela família residente no estabelecimento. De acordo com os critérios definidos pelo INCRA, um módulo rural pode variar entre zero e quarenta hectares. Assim, no caso do município de Capitão Leônidas Marques em que um módulo rural equivale a 20 ha, é considerado pequena propriedade aquela que for inferior ou igual a 80 ha.

Dentre os entrevistados, a maioria 13 (68,4%) agricultores familiares utiliza menos de 2 hectares para produção de hortaliças e frutas, quatro (21,1%) de 2 a 3,99 hectares e dois (10,5%) de 4 a 4,99 hectares. Esse acesso a terra para cultivar, além de possibilitar a garantia ao consumo familiar, oportuniza estratégias para diversificar e aumentar a renda familiar em pequenas propriedades rurais. Exemplificado pela fala de um dos entrevistados:

Com 5000 m² consigo planta oito tipos de produto diferente, tenho minha casa, minha horta com estufa e não passo fome não. Graça a Deus, que eu e a família vivemos bem. Para vender além do mercado, nem preciso sair de casa, o povo da vila tá sempre me procurando (entrevistado 17).

Faz alusão ao citado por Wanderley (2003), que o agricultor familiar constrói sua história, é um ator social que se adapta ao mundo moderno do mercado. No entanto, mantém particularidades enquanto um formato social que não se define apenas pelas relações com o mercado, porque a relação terra, trabalho e família contém um patrimônio que é material, mas também sociocultural.

O agricultor familiar “se constrói” com suas peculiaridades, com suas adaptações ao meio que o cerca. As formas de reprodução familiar ganha espaço neste cenário e contrapõem suas possibilidades de repercussão rentáveis, de acordo com suas disponibilidades de ferramentas necessárias, como o espaço para plantar e a mão de obra necessária para garantir uma renda familiar suficiente.



Com relação à média da receita anual (em %) entre 2010 e 2012⁶, percebe-se que a maior receita da família não está vinculada ao PAE. Conforme o gráfico 2, a maior receita de oito (42,1%) dos entrevistados está na produção agrícola, que agregam soma de mercados (exceto PAE e PAA), em segundo, a maior receita aparece na produção vegetal e animal agrícola (exceto PAE e PAA) em cinco (26,3%) dos entrevistados, em terceiro, de dois (10,5%) agricultores a maior receita é através de arrendamento de terras, em seguida aparece um (5,3%) agricultor com maior receita na produção pecuária, um (5,3%) na renda não agrícola e um (5,3%) aposentadoria e pensões.

O PAA, que assim como o PAE é um mercado vinculado por políticas públicas é a maior fonte para um (5,3%) dos entrevistados, o fato se explica pelo valor maior dos projetos para o PAA. Dos entrevistados, oito (42,1%) dos agricultores além de acessarem o PAE, também completam sua receita vendendo para o PAA.

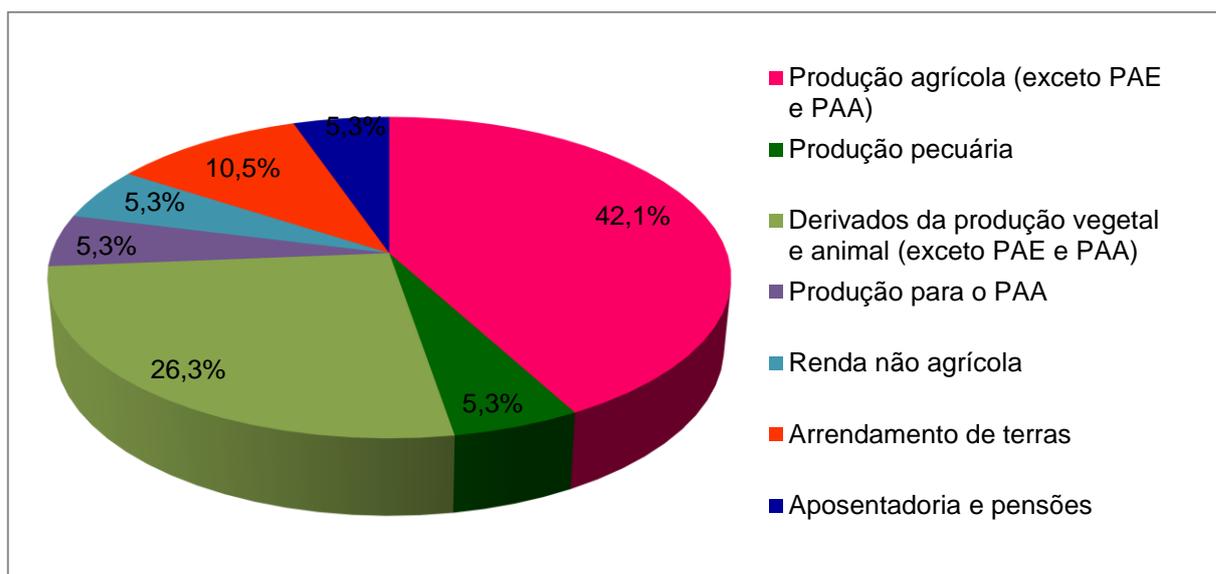


Gráfico 2 - Atividade de maior receita
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O aumento da renda e a agregação da produção dos agricultores entrevistados estão sendo contempladas pelo conjunto de mercados, ou seja, usam de estratégias para a soma da venda a supermercados, direto ao consumidor, intermediários e a mercados institucionais.

⁶ Realizada uma avaliação subjetiva da receita pelos agricultores familiares entrevistados. Isso não leva a um real valor monetário e sim em uma porcentagem aproximada.

O gráfico 3, ilustra o percentual de representatividade do fornecimento para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na renda total de cada família.

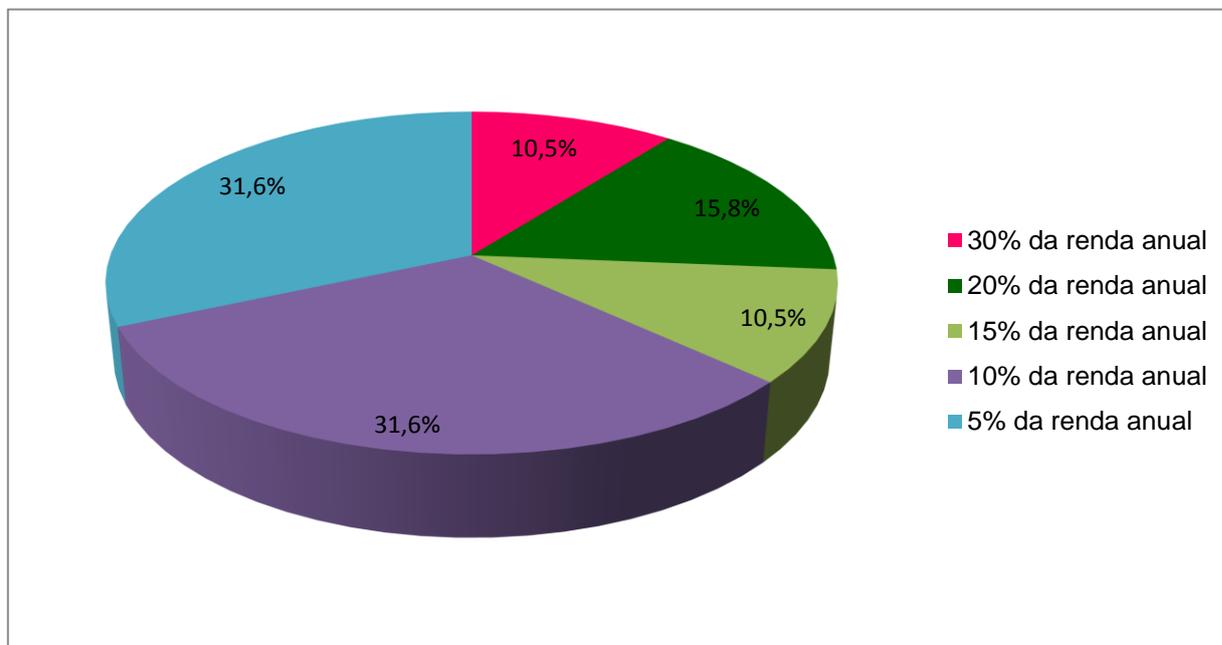


Gráfico 3 - Percentual de representatividade do fornecimento para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na renda total de cada família.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Embora o PAE não tenha aparecido como a maior renda familiar, as vendas para esse Programa representam 10% da renda anual para seis (31,6%) dos entrevistados, para outros seis (31,6%) representa 5% da renda, para três entrevistados (15,8%) representa 20% da renda, para dois (10,5%) 15% e para outros dois (10,5%) representa 30% da renda anual.

Resultado que fica aparente nas falas de dois dos entrevistados: “é renda mais fixa. Não tem alto e baixo. Dá para contar que entra aquele dinheiro. É pouco, mas já dá para usar, se compromete com esse dinheiro para alguns fins certos” (entrevistado 5). “Único ganho quase que tenho. Só porco e três vacas de leite para tomar leite e comer carne não satisfaz a renda” (entrevistado 16).

Quando se analisa a participação na vida da comunidade e do município a igreja foi para 19 (100%) dos entrevistados a principal instituição da qual participam, sendo que todos declararam ser católicos. A igreja é o ponto de encontro nas comunidades, todos os domingos as famílias se reúnem para a celebração de uma

missa ou de um culto e geralmente esse encontro é aproveitado para outras reuniões como das associações de agricultores que geralmente são organizadas nas comunidades. Nota-se que 15 (78,9%) dos entrevistados fazem parte de organizações como estas.

Dos 15 agricultores entrevistados que participam de associações, cinco (33,3%) participam também da Associação de Agricultores Orgânicos de Capitão Leônidas Marques, a qual comercializa seus produtos para o PAA.

Apenas três (15,8%) entrevistados mencionaram participar de Associação de Pais e Mestres (APM's). No quesito participação no sindicato de trabalhadores rurais, a adesão é grande, 17 (89,5%) dos agricultores familiares são sindicalizados. Em Conselhos de Comunidades há a participação de sete (36,8%) dos entrevistados.

Doze (63,2%) dos entrevistados são cooperados, no entanto, fazem parte de cooperativas de crédito ou de sementes, nenhuma vinculada a organizações com finalidade de venda para o PAE ou para outros mercados institucionais, visto anteriormente que o PAA é acessado pelos agricultores no município através de associação.

Constata-se que os entrevistados participam de organizações na sociedade, no entanto, se concentram mais em grupos religiosos ou em entidades que buscam lutar pelos seus direitos, que possam interferir positivamente em suas comunidades, classe ou enquanto agricultor individualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as propriedades estudadas foram estruturadas ao longo dos anos que facilita as estratégias de permanência das famílias no meio rural. E a produção voltada para o PAE resulta da produção habitual nas unidades familiares, com ampliação ou adaptações conforme os interesses dos agricultores manifestados na relação com o Programa, como é o caso da agroindustrialização.

O trabalho é desenvolvido basicamente pela mão de obra familiar. A média de pessoas por família trabalhando diretamente na produção para alimentação escolar foi de dois membros por estabelecimento. Percebeu-se a existência da pluriatividade como uma estratégia de renda familiar, que representa um forte fator que mantém a



reprodução dessas famílias, as quais sofreram os impactos sobre seu modo de vida pelas transformações na estrutura socioeconômica da agricultura nas últimas décadas.

Analisando a área das unidades familiares, conclui-se que todos os estabelecimentos são considerados como de pequena propriedade rural, porque a média é de 8,6 ha. São agricultores que mantêm particularidades enquanto um formato social que não se define apenas pelas relações com o mercado, porque a relação terra, trabalho e família contem um patrimônio que é material, mas também sociocultural e está presente nas estratégias de inserção desses fornecedores na alimentação escolar, de forma ativa e nas suas tomadas de decisões.

Portanto, esses agricultores familiares criam estratégias no sentido de dinamizar a produção contando com as condições necessárias e disponíveis para desempenhar seu trabalho, como o espaço para plantar e a mão de obra necessária para garantir renda familiar suficiente para sua reprodução. Neste sentido, apresentam-se como atores sociais capazes de se adaptarem as transformações do meio social, com possibilidade de fomentarem sua renda aderindo às políticas e programas públicos, quando julgam que atendem as suas necessidades e interesses.

Apesar da maior renda das famílias entrevistadas não se apresentar vinculada ao PAE, sua representatividade no rendimento familiar é importante, sendo que para 64% dos entrevistados chega até 10% do ganho anual. Esse percentual tem gerado resultados favoráveis que estimulam os interesses dos agricultores em manterem-se como fornecedores para a alimentação escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE Nº 38, De 16 de Julho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 2009.

CARNEIRO, Maria J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.



CORONA, Hieda M. P. **Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2005. 316 f. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

_____. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional** - do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, v.2, 1998.

MALINA, Leila L. Chamada Pública: instrumento legal de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: CORÁ, M. A. J. e BELIK, W. Projeto Nutre SP: **Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. Instituto Via Pública e Ministério do Desenvolvimento Agrário: São Paulo, 2012.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152

MORGAN, Kevin. Greening the Realm: Sustainable Food Chains and the Public Plate. **Regional Studies**, 2007.

MULLER, Laudemir, A. Apresentação. In: CORÁ, M. A. J. e BELIK, W. Projeto Nutre SP: **Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. Instituto Via Pública e Ministério do Desenvolvimento Agrário: São Paulo, 2012.

PEIXINHO, Albaneide; BALADAN, Daniel; RIMKUS, Leah; SCHARTZMAN, Flávia; GALANTE, Andrea P. Alimentação escolar no Brasil e Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/84/128-136.pdf>. Acesso em: 8 junho 2012.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal. 1999. (Tese de Doutorado) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **REDES**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Vol. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez./ de 2004.



TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.

